

AS (RE)EXISTÊNCIAS DA VILA ITAÚ: MEMÓRIAS URBANAS PERIFÉRICAS*

The production of new space and the erasure of urban memories: case study of Vila Itaú

Márlom Geraldo Parreiras Mota

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG),
Belo Horizonte, MG, Brasil

Viviane Zerlotini da Silva

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG),
Belo Horizonte, MG, Brasil

Informações do artigo

Recebido em 07/10/2023

Aceito em 28/10/2023

doi: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2023.n259.p305-333>

Copyright (c) 2023 Márlom G. P. Mota, Viviane Z. da Silva



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#).

Você é livre para:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato.

Adaptar — remixar, transformar e construir sobre o material para qualquer finalidade, mesmo comercialmente.

Como ser citado (modelo ABNT)

MOTA, Márlom Geraldo P.; SILVA, Viviane Zerlotini da.

As (re)existências da Vila Itaú: memórias urbanas periféricas. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**. Salvador/Recife, v. 48, n. 259, p. 305-333, maio/ago. 2023. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2023.n259.p305-333>

Resumo

Este artigo explora o apagamento dos espaços e das memórias urbanas de habitações localizadas em periferias ao relacionar o tema com o estudo de caso sobre a Vila Itaú. Em 2024, este território foi totalmente removido, a partir de um longo processo de desapropriação, para dar lugar a uma série de bacias de retenção com a intenção de resolver os problemas de inundação dos cursos d'água da bacia hidrográfica do Ribeirão Arrudas. As justificativas dadas para a remoção da vila, no entanto, apresentam contradições e não levam em conta os modos de vida dos moradores, autoprodutores do espaço, que viviam no lugar. A produção de espaço novo reproduz o modo historicamente excludente de produção do espaço urbano no Brasil. Investiga-se os dispositivos de violência que promovem o apagamento das memórias, a partir dos interesses mercantis de agentes capitalistas produtores do espaço, e as formas de resistência que os moradores praticam no cotidiano. Essas últimas abrangem a autoprodução do espaço, a memória dos moradores, o compartilhamento de fotos antigas da Vila Itaú disponibilizadas no grupo de WhatsApp dos moradores, o registro de vídeo sobre os escombros da vila realizado por uma antiga moradora, a retomada da tradição católica da Folia dos Reis e o acervo documental existente e mantido por um dos moradores (processos, notícias, fotografias, relatos, etc).

Palavras-chave: Memórias urbanas. Habitação. Periferia. Produção social do espaço. Cotidiano.

Abstract

This scientific paper explores the erasure of spaces and urban memories of housing located in the outskirts of cities by relating the theme to the case study of Vila Itaú. In 2024, this territory was completely removed, result of a long process of expropriation, to make way for a series of detention basins with the purpose of solving the problems of flooding of the water streams in the Arrudas's river basin. However, the justifications given for the expropriation bring up contradictions and do not take into account the mode of living of the dwellers who lived in the villa and self produced their spaces. The production of new space propagates the historical exclusionary mode that urban space is produced in Brazil. This paper also investigates the violence devices that promote the erasure of the memories as from the mercantile interests of capitalists agents producers of space and the forms of daily resistances practiced by the dwellers. These resistances include the self production of space, the memories of the dwellers, the sharing of old pictures of Vila Itaú through an Whatsapp group, the register in video about the rubble of the space made by an former resident, the resumption of Folia de Reis (catholic popular festival and tradition) and the document collection kept by one of the residents (judicial process, news, pictures, stories, etc).

Keywords: Urban memories. Housing. Outskirts. Social production of space. Quotidian.

* Este artigo se origina de um relatório de pesquisa intitulado "As dinâmicas urbanas e seus impactos sobre a memória da produção habitacional: estudo de caso da Vila Itaú". Ele é fruto da articulação entre ensino, extensão e pesquisa. O projeto de pesquisa foi elaborado pelo aluno inspirado na prática extensionista na disciplina Teoria da Produção Habitacional, ofertada no curso de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), quando a turma é convidada a realizar um estudo de caso sobre uma tipologia habitacional. Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da PUC Minas (PROPPG) pelo financiamento da bolsa de iniciação científica, à Pró-reitoria de Extensão (PROEX) pelo financiamento da bolsa de extensão e ao Projeto de Extensão Programa de Formação em Saberes Ambientais (PROSA) do grupo Produção do Espaço Urbano nos brasis (PEU nos brasis) pela contribuição no trabalho de campo.

A MEMÓRIA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA VILA ITAÚ

No Brasil, desde a sua invenção, trava-se uma histórica luta pelo acesso à habitação¹, que inclui o acesso à terra, à urbanidade e à natureza, causada pelo modo excludente da produção social do espaço. No contemporâneo, e a partir dos processos de industrialização, agentes produtores do espaço buscam se apropriar dos diversos territórios para satisfazer seus interesses, determinados por uma lógica exclusivamente de mercado e perpetuam, assim, violações de direitos. Os territórios existentes são frequentemente apagados por processos ditos de renovação urbana, invisibilizando modos de produção de espaço que diferem ou não se submetem a essa mercantilização do espaço.

A Vila Itaú, nosso estudo de caso, se encontrava, no ano de 2023, em fase final de um processo de desapropriação para dar lugar ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do Arrudas, que visa a resolução das inundações provocadas pelos cursos d'água da bacia hidrográfica do Ribeirão Arrudas, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Essa bacia se insere na bacia do Rio das Velhas, que, por sua vez, compõe a bacia hidrográfica do Rio São Francisco. Mesmo com a remoção total do espaço da vila, não foram realizadas ações pelo poder público e/ou privado para o registro das memórias dos moradores e do lugar. Este trabalho, então, contribui também com o registro de parte dessas memórias.

Adotamos o recurso metodológico do estudo da memória, como método de pesquisa, segundo os preceitos dos estudos políticos (Pollak, 1989) e a técnica entrevista em narrativa² (BAUER, 1996). No âmbito do nosso campo de atuação, Arquitetura e Urbanismo, o enquadramento da construção da memória política se dá a partir do trabalho de autoprodução do espaço pelos moradores, segundo a ideia do conflito entre a memória

¹ Neste artigo, preferimos nos referir ao termo "habitação" como direito fundamental à vida porque os anos de assessoria técnica do grupo PEU nos brasis, realizada aos movimentos populares de luta por habitação, tem revelado a abrangência dessa luta pelo direito à terra, à moradia, à urbanidade e à natureza.

² Nas visitas à Vila Itaú, nos meses de janeiro a maio de 2023, dentre algumas pessoas abordadas, uma família se dispôs a conversar com os pesquisadores e abriu espaço para o contato com outras pessoas. Dessa conversa inicial, realizamos cerca de três contatos em busca de mais entrevistados, que resultaram na entrevista, entretanto, de somente mais uma família. Nas visitas de campo, estiveram presentes os entrevistadores (M) e (V). E por uma questão de preservação da identidade dos entrevistados, optou-se por denominar a todos pelas primeiras letras: (A), (An), (Ad), (P) e (Va). As três famílias, que entramos em contato, apresentam em comum o fato de recusarem as propostas iniciais de indenização oferecidas às famílias removidas. O maior prazo na negociação da desapropriação manteve essas famílias ainda morando na vila, o que permitiu a realização dessas entrevistas.

subterrânea e a oficial (Pollak, 1989) e o conflito entre a produção cotidiana de espaço (Lefebvre, 1991) e a produção heterônoma de grandes intervenções urbanas. A intenção é evitar a violência simbólica (Bordieu, 1922) de apagamento da memória dos moradores da Vila Itaú que, uma vez revelada, pode contribuir para questionar a produção heterônoma do espaço, pelas grandes incorporadoras imobiliárias que atuam na região metropolitana de Belo Horizonte.

Nas entrevistas realizadas, os moradores apresentaram formas de criação e apropriação de seus espaços que possuem relação próxima com a autoprodução do espaço e com a luta pelo acesso à habitação. Os relatos, obtidos a partir da técnica da entrevista em narrativa, também contribuíram para revelar incoerências no discurso do poder público, que defende a desapropriação da vila. Isso serviu de material para analisar, primeiramente, a diferença entre o modo como os moradores da vila autoproduzem a moradia (habitação como direito) e o modo pelo qual se adquire moradia no mercado formal da habitação (habitação como mercadoria); e secundamente, para analisar os conflitos e violências advindos da forma hegemônica de produção do espaço. Assim, a Iniciativa Privada, com o apoio do Estado, utiliza megaplanos de remodelação urbana, próprios do planejamento urbano centralizado, para capitalizar a renda da terra anteriormente ocupada por famílias de renda inferior àquela dos futuros moradores.

Segundo a memória dos últimos moradores que ainda moram na Vila Itaú, antes de sua total demolição, o lugar é uma tipologia habitacional autoproduzida e originária da implantação do canteiro de obras do Parque Industrial Juventino Dias, nos anos 40, localizado no atual município de Contagem, no âmbito das políticas de fomento da industrialização na capital mineira. Pois foi nesse período que as primeiras gerações dos membros das famílias dos nossos entrevistados chegaram ali para trabalhar nas obras de construção do Parque Industrial. A vila passou por sucessivos processos de decadência e de bruscas remoções de seu tecido urbano até o apagamento total de seu espaço físico. Quando publicamos este artigo, ela está em processo final de demolição, cuja desapropriação se iniciou na década de 1990.

A vila está localizada às margens do Córrego Ferrugem, entre as vias Av. Jorge Ferreira Gomes, Av. Babita Camargos e a linha férrea, no atual bairro Cidade Industrial, em Contagem/MG (Figura 1). No entanto, os relatos dos moradores também nos deram pistas

de que o processo de industrialização de Belo Horizonte nos anos 40 contribuiu para apagar uma outra memória: a história da Vila Ferroviária que existia ali.

(An) É porque aqui é uma vila que foi... Mas ela originou de ex-funcionários do estado.

(V) É, ela tava contando, né... Que a senhora tava falando que quando a senhora chegou aqui, a senhora chegou para morar em uma estação.

(P) É, era estação de trem.

(V) De trem. Não tinha as casas ainda, não?

(P) Não. Aqui morava o C., né.

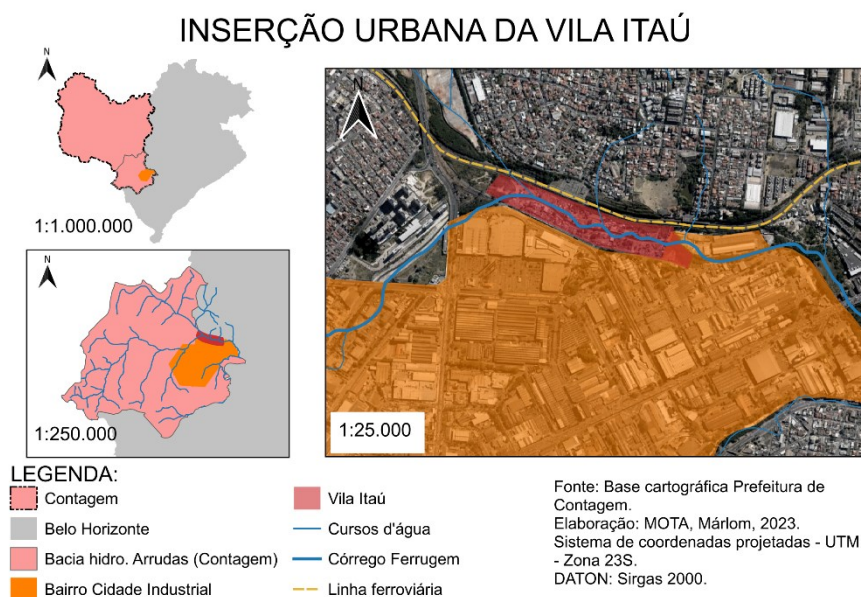
(An) Tinha uma casa da... Uma que eles faziam troca dos operadores de trem, né. Tipo uma estaçãozinha, assim. Hoje seria como se fosse um escritório, hoje. Entendeu? O maquinista de tantas horas chega aqui e sai... O maquinista que vem de Contagem, aí daqui já pega outro que vai pra tal... Seria essa área, assim. E teve umas casas dela, que aqui mais quase tudo era... A maioria era família, que ali morava o meu avô, e meus tios. Tinha Tio G.

(V) E todos trabalhavam na Rede?

(An) Não. No Estado. A maioria deles era no Estado.

(P) Fazendo a Cidade Industrial. A gente não tinha essa avenida, aí, tinha não, era só esses...

Figura 1 – Cartografia de inserção urbana da Vila Itaú



Fonte: Adaptado pelos autores de Base cartográfica Prefeitura de Contagem (2023).

O assentamento de Belo Horizonte, ao contrário de outras cidades, se deu posterior à implantação de algumas linhas férreas iniciais. O sistema de transporte ferroviário foi inicialmente instalado para a chegada de materiais de construção da nova cidade planejada. As primeiras estradas de ferro, no século XIX, se orientavam para o Norte e para o Sul, colocando o canteiro de obras de Belo Horizonte no trajeto Sabará - Ouro Preto. Já no século XX, para a conexão entre a capital e cidades já existentes, inclusive a Capital Federal, outros

ramais foram implementados, dentre eles o Ramal do Paraopeba e a Estrada de Ferro Oeste de Minas, esta posteriormente renomeada para Rede Mineira de Viação (Silva, 2019). Neste último ramal, a vila ferroviária, hoje denominada Vila Itaú, estava instalada.

Para a construção desses ramais, uma prática comum era a criação de vilas ferroviárias, para a acomodação dos trabalhadores envolvidos na obra da estrada de ferro. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2010, p. 35), em Manual Técnico do Patrimônio Ferroviário, as construções que serviam para a estadia dos trabalhadores podiam ser “casas de agente, casas de turma, vilas, etc.”. Nas vilas da Rede Mineira de Viação, como levantado por Silva (2019), entre os bens imóveis, estão “compartimentos, armazéns, espaços de sinalização e telecomunicações, casa de telégrafos, refeitórios e restaurantes, postos de assistência da Rede, rotundas, oficinas, vilas, locais de moradia e dormitórios, pontes, túneis, caixas d’água, centros recreativos, e outros” (Silva, 2019, p.12).

A partir de 1930, foi construída no imaginário brasileiro, a noção de soberania nacional com a industrialização do país, visando a modernização da indústria brasileira. O Estado passou a contar com maior número de representantes dessa ideia, buscando uma reestruturação administrativa que possibilitasse sua concretização (Teixeira, 2014). Minas Gerais, à época, situava-se em desalinho em comparação com a modernização da indústria de São Paulo e Rio de Janeiro, o que fomentou a convicção de que o estado precisaria de uma ação coordenada do setor público (Diniz, 1981, *apud* Teixeira, 2014, p.50).

Em nome da modernização, no ano de 1941, o então governador Benedito Valadares assinou o decreto 770, que instituiu a construção do Parque Industrial Juventino Dias. A escolha da implantação do complexo foi baseada na intenção de instalar fábricas que não fossem situadas próximas à zona urbana de Belo Horizonte e que pudessem ter maiores terrenos e mais adequada infraestrutura, de modo a comportar as denominadas indústrias de base (Teixeira, 2014). O terreno escolhido foi localizado na divisa entre Betim e Belo Horizonte, que hoje compreende o município de Contagem, na Regional Industrial. A consequência disso foi uma grande distância entre a mão-de-obra da capital e os empregos que seriam criados naquela década, distantes da planta inicial contida na Avenida do Contorno em mais de dez quilômetros.

A inauguração de muitos e novos empreendimentos comerciais e industriais, como a emblemática e moderna Padaria Savassi, na Praça 13 de Maio, atual Praça Diogo

de Vasconcelos, dava mostras, no início dos anos 40, de que a cidade terminaria a década deixando definitivamente de ser a cidade dos funcionários e conquistando uma posição de destaque como pólo industrial do Estado e do País (Castriota, 1998, p.185).

Para a própria construção do loteamento industrial, o estado de Minas Gerais enviou alguns trabalhadores para a região. Segundo o relato dos moradores, presume-se que as casas existentes na vila ferroviária eram insuficientes, e a maioria das residências foram autoconstruídas pelos moradores em terrenos doados pelo estado. (P) afirmou ser uma das primeiras moradoras da Vila Itaú, quando seu pai se mudou com a família para trabalhar como mestre de obras no loteamento do Parque Industrial. (Va) informou que a história de sua família na Vila começou quando seu bisavô também foi trabalhar como funcionário do estado.

Através de quadro sistematizado por Silva (2019), é possível associar duas estações ferroviárias já demolidas com a história da Vila Itaú. Elas eram chamadas “Ferrugem” e “Parque Industrial”.

Figura 2 – Quadro Remanescências da arquitetura ferroviária em Minas Gerais

	(bitola mista)			
211	Ferrugem	demolida	4	
212	Parque Industrial	demolida/ Nova construção para uso do metrô	4	
213	Cercado	demolida	4	
214	Gamelaire	Sem uso	2	
215	Calafate	Sem uso	2	
216	Belo Horizonte (RMV-CB)	Em usos	1	8 bens valorados, não a estação / M (conjunto)

Fonte: Silva (2019).

No local, então, havia existido uma vila ferroviária, onde foram morar a primeira geração das famílias entrevistadas. Infelizmente, a demolição das estações e das vilas foi prática comum em Minas Gerais, o que evidencia o apagamento histórico desses espaços pela construção de novo espaço, em nome da modernização. Os possíveis resquícios das construções da vila ferroviária podem ter resistido devido ao fato de terem sido ocupados pelos trabalhadores da companhia ferroviária, mesmo após a demolição da estação. O levantamento realizado em 2019 pela arquiteta e urbanista Fernanda dos Santos Silva indica que o apagamento dos espaços relacionados à construção dos ramais ferroviários foi uma prática comum:

A Rede Mineira de Viação se estendeu sobretudo pela região oeste e sul de Minas Gerais, com 22 linhas e ramais. Ao todo foram 403 estações ferroviárias. 114 estações estão em uso, 67 sem uso, doze em situação de ruínas, 85 demolidas e 125 estações sem informações. Se somarmos, portanto, as estações sem informação das que já se perderam teremos um cenário de 210 estações perdidas e 193

restantes, o que significa um remanescente de cerca de 48% do total. (Silva, 2019, p. 78).

Ainda na década de 1940, no âmbito da iniciativa privada de produção do espaço com o apoio do Estado, as primeiras fábricas instaladas no distrito foram a Fábrica de Cimentos Portland Itaú e a Magnesita. As duas fábricas, na tentativa de atrair mão de obra para a região industrial, praticamente habitada por uma população dispersa e com fortes vínculos rurais, optaram pela construção de vilas operárias: "(...) conjuntos de casas construídas pelas indústrias para serem alugadas a baixos aluguéis ou mesmo oferecidas gratuitamente a seus operários." (Bonduki, 1994, p. 715). Este tipo de vila operária, no entanto, se difere da vila estatal ferroviária onde moravam os familiares dos entrevistados. Diferente dessas últimas, as vilas operárias eram da iniciativa privada e suas residências contavam com maior grau de padronização, além de serem construídas em terreno da empresa privada em questão.

Com o parque industrial sendo ocupado ao longo dos anos, com cerca de 87 estabelecimentos em 1961 (Castriota, 1998), o êxodo rural foi intensificado e também impulsionou a vinda de operários de Belo Horizonte e de outros centros urbanos: "famílias inteiras, chegando de toda parte nesse novo 'Eldorado', nesse espaço que simbolizava para eles a promessa de melhores dias e, mais ainda, a possibilidade de concretizar o desejo de reconhecimento" (Neves, 1990 *apud* Teixeira, 2014, p. 61). Ao mesmo tempo, o processo de parcelamento do solo foi demorado e, acompanhado pela ação de especuladores, tornou-se impossível a compra de qualquer terreno próximo ao parque por parte dos recém chegados operários:

Os preços de lançamento dos lotes próximos ao núcleo industrial são relativamente altos. Por exemplo, o preço de venda em 1952 de lotes nos bairros Bandeirantes e Brasil Industrial foi o mesmo que o do bairro Sion, destinado ao assentamento residencial das populações de renda média e alta dotado, inclusive, de regulamentações especiais de construção. (Plambel/CDI, 1978, p.78 *apud* Teixeira, 2014, p. 72)

Nesse contexto, desencadeia-se intenso processo de "favelamento" do entorno da Cidade Industrial (Teixeira, 2014). A partir disso, nas décadas seguintes ao preenchimento do distrito industrial, assume-se que, uma vez suprimida a demanda inicial de mão-de-obra, as indústrias não mais possuíam interesse em manter as vilas operárias.

Como já mencionado, o espaço original da vila ferroviária, localizada às margens do Córrego Ferrugem, estava associado aos ramais de estrada de ferro. Nos anos 40, se

desdobrou na Vila Itaú, alojamento do canteiro de obras do Parque Industrial. Com o tempo, tornou-se um assentamento popular autoproduzido. A vila leva o nome da antiga Cia de Cimentos Portland Itaú. O nome lhe foi emprestado pela proximidade, porque a vila não se refere à vila operária da antiga fábrica.

Já próximo do fim do século XX, com a ocupação posterior da região dos loteamentos formalizados, os moradores dos bairros do entorno realizaram diversas manifestações como tentativas de levar a Cia de Cimentos Portland Itaú a mitigar a poluição emitida pela fábrica, uma vez que o pó tóxico liberado pelas chaminés era significativo. Na década de 1980, houve uma diminuição de consumo de cimento, parte pela crise econômica e por dificuldades para a importação de óleo combustível. Isso, junto à pressão popular, implicou em sistemáticas desativações por parte do Grupo Votorantim, multinacional responsável pela companhia de cimentos (Silva, 2018, p.119). A fábrica foi oficialmente fechada no ano de 1988 e demolida em 1998. Hoje, o espaço físico correspondente à Cia de Cimentos Portland Itaú corresponde ao estacionamento do Itaú *Power Shopping*, enquanto este ocupa parcialmente o espaço anteriormente destinado à vila operária. Os processos descritos anteriormente demonstram como a Vila Itaú foi submetida a várias intervenções urbanas que ameaçavam seus moradores de expulsão.

BUSCA PELA MEMÓRIA

O presente trabalho é uma indagação acerca dos motivos da última desapropriação da Vila Itaú que culminou com a sua total demolição. Ao longo dos quase trinta anos do processo de desapropriação, várias justificativas oficiais foram apresentadas³, e a última diz da implantação de um plano de macrodrenagem para a resolução das inundações do Ribeirão Arrudas, ao instalar diversas bacias de retenção nas margens do Córrego Ferrugem (PAC Ferrugem, 2015) (figura 03).

³Algumas dessas justificativas dizem da implementação da linha do metrô e da retificação e canalização do leito do Córrego Ferrugem.

Figura 3 – Imagem do Plano de Macrodrenagem do Córrego Ferrugem



Fonte: Diário do Comércio⁴ (2021). Adaptado do Plano de Macrodrenagem da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (SEINFRA, 2023).

Acredita-se que o plano apresentado serve de motivação para que agentes produtores de espaço consigam, de forma excludente, justificar a remoção da vila e capitalizar a renda da terra, agora liberada para a construção de torres de apartamento (solo criado), associadas à construção de bacias de detenção. Ao se utilizar do plano de macrodrenagem para remover o território da Vila Itaú, os agentes produtores do espaço perpetuam a memória de grupos dominantes, vinculadas ao de desenvolvimento urbano, enquanto promovem o apagamento de um modo de vida, que diz mais de grupos marginalizados e de grande parte da população periférica. Ele serve de ferramenta para a manutenção de um processo "de manutenção ideológica, de organização do passado, segundo as orientações de quem está no poder" (Dores, 1997, p. 119), pois essa referência ao passado tem o propósito de manter a coesão de grupos e instituições que se beneficiam do atual modelo de sociedade em determinado espaço (Pollak, 1989).

O ato de lembrar, diz Pollak, é conflitivo, sobretudo quando se vai recuperar a memória política, a memória de um grupo social, em que entra em questão o que deve ser lembrado, de que forma e como deve ser registrado, já que há uma disputa de memórias, uma disputa por uma determinada visão do fato, o que implica ter um certo posicionamento político diante deles e do momento atual, sedimentando assim, a própria identidade do grupo e dos indivíduos (Dores, 1997, p. 118).

⁴ Disponível em: <<https://diariodocomercio.com.br/legislacao/destrava-minas-homologa-acordos-de-desapropriacao/>>.

A coleta de dados se deu a partir de pesquisa documental e de entrevistas narrativa⁵ com os moradores. Foi visitada a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano do município de Contagem, em setembro de 2023. Além disso, três visitas foram realizadas na Vila Itaú, em que foram entrevistadas um total de cinco pessoas. As visitas aconteceram em 24 de janeiro de 2023, 28 de abril de 2023 e 03 de maio de 2023. Nas duas primeiras visitas, foi utilizada a técnica da entrevista narrativa (Bauer, 1996), que consiste nas fases de iniciação, narração central, fase de perguntas e fala conclusiva. A última visita na vila teve o objetivo de acessar os arquivos compilados por um dos moradores em um *pen drive*, sobre os eventos do processo de desapropriação ao longo de trinta anos, além de variados registros da vila, com documentos que vão desde registros fotográficos de obras de infraestrutura que ocorreram no entorno (possivelmente na tentativa de presumir que uma dessas obras aconteceriam no espaço da vila), até trabalhos da área do Direito sobre desapropriação, matérias jornalísticas, páginas da internet e produções de iniciativa dos moradores a respeito da Vila Itaú, como a apresentação com fotos antigas da vila que foi compartilhada pelo grupo de WhatsApp dos moradores e o documentário “Cidade Fantasma - Vila Itaú”.

Neste trabalho, os registros das entrevistas serviram de material para a elaboração de uma cartografia inspirada a partir de metodologia elaborada pela socióloga Ana Clara Torres Ribeiro (2001), intitulada cartografia da ação social, de modo a registrar as resistências da luta dos moradores pela permanência no lugar.

AS HISTÓRICAS VIOLAÇÕES AO DIREITO À HABITAÇÃO NA VILA ITAÚ

Os processos de exclusão socioespacial não são novidade no território da Vila Itaú: demolição da estação, o não tombamento parcial ou total do complexo da vila ferroviária, a insuficiência de moradias no início da ocupação da região de Contagem, as obras de infraestrutura de traçado viário que desconsiderou e apagou parte do tecido da vila, as frequentes mudanças no valor dos serviços ofertados no entorno em função do aumento do valor da terra e, por fim, o plano de macrodrenagem removeram a Vila Itaú e as vilas

⁵ A técnica da entrevista em narrativa foi escolhida por ser uma metodologia que abre espaço para que o entrevistado fale de modo espontâneo sobre o tema apresentado. Neste artigo, reproduzimos os relatos das fases de narração e de interrogatório.

adjacentes da região. O apagamento da memória e dos lugares, que contam as histórias de seus moradores, é um processo de violação ao direito à habitação.

No contexto do acesso à habitação para os moradores entrevistados, a quantidade de unidades residenciais fornecida pelo Estado não foi suficiente para abrigar todos os trabalhadores do canteiro de obras do Parque Industrial. Os moradores que não foram contemplados pelas casas da vila ferroviária tiveram que autoconstruir completamente suas moradias. Inicialmente, os primeiros trabalhadores enviados à região habitaram a estação de trem, como relatado. Além do ônus da mudança para o novo território, coube aos novos moradores a autoconstrução de suas moradias e a de novos laços de sociabilidade.

Para além da autoconstrução das próprias moradias, a infraestrutura do loteamento também precisava de melhoramentos para receber uma quantidade maior de moradores, uma vez que a antiga vila ferroviária provavelmente foi dimensionada para um menor número de moradias. Evidentemente a região, localizada fora do traçado original da área planejada e urbanizada do Parque Industrial Juvenal Dias, não acessava os equipamentos e os serviços urbanos disponíveis no novo loteamento. Os moradores relatam a existência de uma igreja e uma escola na vila. Mas não encontramos documentos que nos indicassem a época de construção desses equipamentos urbanos. Pode-se presumir que estes equipamentos pertenciam à antiga vila ferroviária.

As mudanças nas dinâmicas urbanas, que ocorreram no entorno, possuem efeito segregatório sobre os moradores da vila. Um desses efeitos foi a gentrificação em função da construção do *shopping center* na região e, conseqüentemente, o aumento do valor dos serviços urbanos ofertados no entorno:

(V) E quando virou shopping, mudou muita coisa pra vocês?

(P) Ah, é porque aí já era a fábrica de cimento Itaú, né.

(An) Mudou porque limitou um pouco, né. Porque o pessoal daqui já não tinha acesso lá, já era mais... E aos poucos o pessoal foi saindo, indo embora. Aqui também já não tavam aguentando, entendeu. Ficou muito pressionado.

(P) Mesmo pra poder sair, né.

(V) Entendi. Muito pressionado?

(An) Pressionado assim, como é que eu falo? Lá cresceu muito, e o pessoal aqui não conseguia... Vamos por, quem tinha aqui não tinha poder aquisitivo de fazer compra lá no shopping, cê entendeu. Então a pessoa saía daqui e ia lá pro JK, pro Eldorado comprar as coisas. As vezes até assustava com a evolução, o jeito que...

(P) Sabia nem entrar pra comprar.

(An) Isso que eu tô falando. Não sabia nem entrar dentro de um shopping, entendeu. Ela foi a primeira pessoa a entrar dentro do shopping. O dia que inaugurou, a hora que cortou a fita, ela táva lá. Uma das primeiras, foi a primeira...

Além disso, percebe-se a influência das grandes obras de infraestrutura que ali ocorreram. Nas últimas décadas do século passado, a construção da linha do metrô, do complexo viário entre a Via Expressa e a Avenida Babita Camargos e da Estação Eldorado foram intervenções que desconsideravam o tecido da vila, suprimindo trechos da área e criando barreiras intransponíveis a pé.

(An) Geralmente aqui, do lado de lá, (da vila) PTO, tinha as casas da Rede, a antiga Rede. As casas era tudo igual. A locomotiva passava assim, ó. Parecia que cê tava vendo a mesma casa, tudo igual, as janelas tudo igual, as portas tudo igual, tudo beirando a ferrovia, entendeu? E foi mudando.

(V) E lá também foi desapropriado?

(An) Tá sendo desapropriado. As partes de lá, onde é hoje o metrô, ali é tudo sequência ali.

(V) E a gente consegue ir lá a pé, andando?

(An) Não. Mudou muito. Não tem mais...

O atual processo de desapropriação, para a implementação do Plano de Aceleração de Crescimento (PAC) com o plano de macrodrenagem às margens do Córrego Ferrugem, segundo os entrevistados, foi truculento e não atendeu às necessidades básicas dos moradores, tanto no quesito econômico quanto na assistência social ofertada pelo poder público. Os moradores que se mudaram nas primeiras negociações tiveram dificuldades ao se reestruturarem em novos locais.

(P) É, que era a minha cunhada, que também foi das primeiras que vieram pra cá. Mas, como ela mudou... Já tinha um terreno no Água Branca, aí quando veio essa coisa, que é pra nós sair daqui, ela já providenciou, com o dinheiro que ela recebeu, já providenciou... Ajudou, né. Porque não dava pra fazer a casa que ela fez, não. Mas, ajudou. Ela já tinha o terreno, né. E os meninos falou: "não, mãe...". Porque essa última chuva que ela tava aí ainda, subiu até... Ela fez uns quartos em cima, até em cima... Não... Foi assim uma coisa...

(V) Por que que a gente teve a sorte de encontrar vocês ainda?

(Ad) Aqui, me parece... Minha irmã que olha esse negócio de tirar, né. Tá fazendo um complemento pra poder sair.

(V) Entendi. E você já tem um lugar pra ir?

(An) Tá na procura ainda.

(Ad) Porque a indenização...

(V) Não cobre, né?

(Ad) Não cobre.

(P) Nem, minha filha... Igual eu falo com ela: "onde tiver bom procês". Pra mim, o tempo que eu vou durar...

(V) E aqui nos apartamentos, não dá, não?

(Ad) Ah, ela prefere uma casa, né. Uma casa menor, ou assim... Mãe sempre morou em casa, então, né... Quem não tem coisa assim pra inteirar, vai ser complicado. Tá olhando e vai ver. Me parece que não demora, não. Vai ter que sair mesmo. Não, sair vai mesmo. Agora parece que tá deixando o finalmente pra... Porque já tá chegando os container ali... E não é container de bacia, nada. Eles fazem uma...

Como diz o outro, faz uma outra aí, quem vai reclamar? Não vai ter ninguém aqui, não vai ter nada escrito (risos).

A negociação da realocação dos desapropriados não se deu de forma muito transparente, com incertezas sobre o que o espaço da Vila Itaú de fato se tornará e para onde as pessoas serão realocadas. Uma entrevistada disse que, em uma conversa com um motorista de aplicativo, antigo morador da vila, ele informou que a região será utilizada para a construção de prédios, contradizendo o plano de macrodrenagem, que indica a “Bacia B4” para ali.

(V) Mas não é compensação de unidade habitacional, não? Tudo vai pro (conjunto habitacional no) Água Branca?

(A) Tudo pro Água Branca. Não! Diz que aqui vai vir unidade habitacional.

(V) Mas não pra vocês?

(A) Pra quem tá no aluguel, porque tem gente ainda no bolsa aluguel. Eu peguei um rapaz no Uber, um dia desses pra trás, aí. O dia que eu fui na fono, na terça-feira passada, se eu não me engano. Ele falou comigo assim, que ele mora no bolsa aluguel, ainda até reclamando que é quinhentos reais, que já tudo aumentou, que o bolsa aluguel continua quinhentos reais. E aí chamaram ele, e ofereceram pra ele um prédio aqui. Ele falou assim: “Ofereceram pra mim um apartamento na Vila Itaú”. Eu falei: “Uai, é?”. Ele falou assim: “É, só que eu não sei como que vai ser. Diz que vai ser de melhor qualidade dos que o que têm na Água Branca”. Que pode ser que quem construa, pode ser que seja a Direcional. Mas, prédios de unidades habitacionais pra realocar o pessoal que foi tirado.

Há relatos de moradores que já se mudaram em função da baixa qualidade das novas construções, para onde parte das pessoas foram realocadas, na Rua Cinco, entre os números 321 e 385, no Bairro Água Branca, Contagem/MG. Esses conjuntos habitacionais verticalizados, a partir de visualização pelo *Google Street View*, aparentam ter sido utilizado sistema construtivo convencional, composto por pilares, vigas e lajes de concreto armado e vedados por tijolos cerâmicos.

(V) E lá não é bom?

(A) O que?

(Ad) A qualidade dos prédios.

(A) Eu não entrei em nenhum, não. Mas todo mundo que foi lá falou que... Assim, os de lá já deram problema. Tem cinco anos que as menina tá lá?

(Ad) Tem não.

(A) A., da unha, não tem isso tudo, não, que é a menina que faz a unha de mãe. Que também os pais dela moravam aqui e foram pra lá.

(Ad) Deve ter uns dois anos e meio.

(A) Já... Os prédios... Já reclamaram assim, de vazamento, de encanamento. Tudo.

(V) E é novo, né?

(A) Novo. Mas aí o que aconteceu... A construção, eles começaram e aí deixou aquele trem no meio do caminho, tomando chuva, sol, chuva, sol... Aí depois que foram terminar. Aí os prédios são ruins. Ruins assim, não é grandes coisas, não. Agora, já tem uns outros prédios na Sete de Setembro, que sei que é Sete de

Setembro porque a D. mora lá. Aí, esses são melhores. A qualidade é melhor. São os prédios que entregaram depois, tanto que esse pessoal foi pra lá tem um ano, mais ou menos.

(V) São também daqui, da região?

(A) São daqui. Ou é daqui, ou é da Vila Esporte.

Os moradores tentaram resistir através de meios legais, mas não obtiveram sucesso em suas demandas. Buscou-se o Ministério Público (MP) de Minas Gerais, para que fossem minimizados os impactos do processo da desapropriação, mas sem sucesso.

(A) Fiz tudo. Não consegui. Fiz contato com o Ministério Público, falei com relação à história, o histórico... Quando isso aqui começou e tudo... Aí questionei demais a forma como eles tavam fazendo a entrada, a remoção. Aí coloquei a questão das pessoas idosas, porque é uma... Era uma memória afetiva, uma memória também que só tava na cabeça deles, porque a gente não tinha registro... Nós, pelo menos... Os meninos ainda lembram alguma coisa. Eu e os mais novos, a gente não lembra. Então assim, não tinha muito registro, porque na época não tinha muita foto, não é igual hoje, né. Então eu coloquei essa questão. Eu ainda virei e pedi pra que tivesse assessoria de psicólogo, pra que, né... De assistente social. Falaram que ia fazer... E nada, nada. E assim, muita gente que já foi embora, igual a minha tia mesmo, Tia M., Dona C., o pessoal assim, perdeu, perdeu tudo. Perdeu-se. Porque ninguém fez nada, ninguém fez nada. E não foi porque a gente não pediu, não. Eu mesma fui... Eu e o J., né, que mora ali na frente. A gente assim...

(V) E eles não conseguiram se organizar, para evitar a saída daqui?

(Ad) Só Jesus...

(A) Ah? Nossa, senhora! O que nós tentamos com esse J., coitado, tentou. Ele é uma pessoa assim...

(P) Fez tudo o que podia fazer.

(A) Nossa, senhora, ele já não é muito bem de saúde. Adoeceu muito mais.

(V) É pra adoecer mesmo, gente.

(A) O J. venceu um câncer sozinho. Ele, Deus e um médico que é amigo dele.

Os entrevistados se mostraram incrédulos acerca da motivação das obras de contenção das águas pluviais. Percebe-se desconfiança também sobre o futuro do entorno após a remoção das vilas, com a valorização recente da região para o mercado imobiliário, com a reestruturação de fábricas, como a reestruturação do edifício da RHI Magnesita e a instalação de shoppings e condomínios na Cidade Industrial.

(Ad) Eu não sei se eles não fazem essa memória, ou se alguém não procura porque... isso aqui não vai virar bacia, isso vai virar uma bacia e depois vai virar prédios, entendeu?

(M) Ali em cima começou já, né?

(Ad) É, isso aqui ninguém... Vai virar bacia, mas alguém já pegou muito dinheiro com isso, e vai virar prédio. E vai ficar por isso mesmo. E ninguém vai poder fazer nada. Ninguém vai poder fazer nada.

(V) Matou a charada.

(P) E eles não tão valorizando nada, né... Não tá dando...

(Ad) Lá na parte de baixo, a Magnesita vai pegar. Como foi vendida pra um grupo fora aí, um grupo que tem muito dinheiro, vai pegar aquela parte toda lá. E ninguém vai falar nada. Que quem que pegar o dinheiro, pegou. Não é um morador que vai berrar, não.

(V) Gente, terra... E aqui é muito bem localizado, né.

(P) Ah, é, uai... Não era, não, mas agora. Tem esse shopping aqui, tem o metrô... Nossa, senhora...

(Ad) E onde era um lugar que só tinha casa, cê entendeu. Então isso não era interessante pra essa especulação imobiliária, né. Não é, não. Então a Magnesita, ela foi vendida... Quando era da família... Igual a família do Itaú vendeu, eles acabaram com tudo. A família dos que eram dono da Magnesita, agora tá o que, RHI, não sei...

(M) RHI Magnesita.

(Ad) Isso.

(Ad) Eles agora, o que que acontece... Eles agora já tá falando com algumas pessoas que saíram daqui, que moram de aluguel, que vai ter prédio aqui. Mas não vai ser todos esses prédio, não, aqui vai ter uma compensação. Parece que a Direcional precisa de um lugar pra fazer a compensação, cê entendeu.

(V) A Direcional.

(P) Ah, é, a Direcional tem dinheiro, né.

(Ad) A Direcional e a MRV, é bobagem mexer com esse pessoal, cê entendeu. O que tá falando é isso, entendeu. Não justifica cê fazer bacia nesse pedaço todo e fazer bacia lá pelo lado da Amazonas. Ou, aí cê tem que chover pelo menos quarenta... Nem na época do dilúvio.

(M) Aquela lá do Vilarinho mesmo, já tá inundando de novo, né. Não ajuda, então...

(Ad) Não tem como, não, cê entendeu. Então, aí o que que acontece, eles tá tão preocupado aqui com o pessoal, aqui, que onde eles fizeram os prédio ali, é onde tá enchendo de água, também.

(V) Tá enchendo... Pois é, ele falou que eles fizeram o prédio...

(M) Fizeram prédio do lado do córrego passando, assim.

(Ad) Do lado, exatamente. Aí cê viu, do lado de cima eles vão fazer uma Araújo e um BH.

(A) Não, e aqui a gente ainda tem uma cisma danada que ainda vai vir um requicizinho pra cá. A compensação ambiental deles não foi feita. Eles não fizeram a compensação ambiental...

(V) Também... Eles construíram na beira do rio.

(A) Eles não fizeram a compensação. E aí eu questionei muito, o que que ia ser a compensação, como que ia ser, e eu queria ver o projeto porque eu queria entender, eu falei: "não, a minha professora vem me ajudar". Nem tinha professora pra me ajudar, não, mas assim... Nada, nada, nada... Então pra mim, aqui deve vir um parque linear...

(V) E prédio?

(A) Eu acho que deve vir. Bacia vai ter, em algum lugar vai ter. Ou lá na B1, que é aquela primeira lá, a B2, a última que é a B6, eu acho. Eu acredito que essa B3 aqui vai acontecer, que é ali... Não sei se cês conhecem aqui, onde tem a Ima, que aqui é a via expressa, aqui deve ter.

(V) Onde estão os predinhos?

(A) A Direcional tá aqui.

(M) Quando cê fala dos prédios, são prédios igual aos da Direcional, ou prédio que seria de compensação?

(A) De compensação. Não sei, pra mim, vem uma compensação.

Além disso, a violência advinda dos processos de exclusão sócio-espacial não se restringe somente ao período correspondente à desapropriação da vila. (A) tem na lembrança a perseguição do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) durante a ditadura militar, nos anos 70, a um dos moradores da vizinhança.

(Ad) É, o J. é bom de conversar com ele.

(A) Nossa, é! Os pais deles também são... Chegaram aqui juntos. E eles, assim, eles tem a mesma época, não tem?

(Ad) É da nossa época. Isso é a hora que sair daqui, acabou, acabou. Pra nós acabou. Não sobrou mais nenhum.

(A) É. Igual, o pai deles mesmo foi preso político. Passou por aqui, tava aqui, ele foi preso em sessenta e quatro. Foi preso político.

(Ad) O pai dele foi preso pelo DOPS, nós tava sentado ali, e o DOPS chegou, aquela viatura, bateu nele. Bateu nele demais.

(A) Treze filhos, não era? Treze ou mais. Aquele monte de menino pequeno, levaram ele como preso político. Então assim, cê tem que ver eles falando. A Dona M. ainda tá viva, a senhora, a esposa ainda tá viva. E os filhos tão aí. E eles viveram isso assim, aqui tudo.

A LUTA COTIDIANA NA DEFESA DO DIREITO À HABITAÇÃO

Como nos mostra Vaz (1994) a metrópole industrial surge, a partir da segunda metade do século XIX, após significativas mudanças de ordem econômica, social, política, cultural e espacial. Em Belo Horizonte, apesar de sua planta inicial ter sido construída no final do século XIX e o Parque Industrial Juventino Dias ser da metade do século XX, onde está inserida a Vila Itaú, faz-se necessário destacar o modo violento e excludente de produção do espaço e de acesso à terra, à moradia, à urbanidade e à natureza. Como exemplo disso, a própria invenção do Brasil (Hobsbawn' & Ranger, 1984 *apud* Lima, 1995) foi violenta e excludente, com a tomada das terras de povos indígenas por parte da Coroa Portuguesa, delegando extensas faixas de terreno a particulares de seu interesse, em ação conhecida como capitâneas hereditárias. Esse processo, mesmo que tenha acontecido há séculos, produziu extensas lutas pelo acesso à habitação que se estendem ao longo da história até os dias atuais, ora lutas históricas oficialmente reconhecidas, ora da ordem do cotidiano. As lutas cotidianas de autoprodutores do espaço na busca pelo direito à habitação frequentemente sofrem apagamentos e carecem de reconhecimento no contemporâneo.

Desde o início da emigração da classe trabalhadora para os centros urbanos, o que está posto é a participação ativa dos trabalhadores na construção de suas próprias moradias,

em processo denominado “urbanização periférica”, não sendo necessariamente consequência da industrialização, mas da união entre ela e a produção capitalista do espaço (Ferro, 2006 *apud* Usina, 2012, p. 87). Essa é uma característica importante da urbanização brasileira, na qual os moradores, sem ajuda de profissionais especializados devido às fragilidades das políticas habitacional e urbana, autoconstruíram e adaptaram seus espaços de modo a atender às suas necessidades.

Nesse tipo de urbanização, a classe trabalhadora vende sua mão-de-obra nos locais de trabalho e, no período restante, trabalha produzindo seus próprios espaços, pelo processo da autoprodução (Usina, 2012, p.87). O espaço urbano brasileiro, então, conta com a particularidade da ausência da participação popular no mercado da moradia e do Estado como provedor da casa, enquanto unidade habitacional.

Cerca de 15km afastado da área central de Belo Horizonte, a história da Vila Itaú demonstra esse processo. Para a construção do Parque Industrial Juventino Dias (atual Cidade Industrial), com o início de sua implantação na década de 1940, os trabalhadores chegaram a uma região em que a cidade propriamente dita, com sua infraestrutura necessária para a habitação, não existiu.

(V) Então veio primeiro o seu pai? E aí trouxe todo mundo junto?

(An) É. Aí os filhos foram casando. Veio com os filhos, né? Um montou uma casa aqui, o outro ali, o outro ali, porque o Estado cedia os terrenos, entendeu? O Estado cedia os terrenos, era funcionário do Estado. Antigamente não existia esse negócio de lote, não tinha... Era um terreno... Abria, fazia uma cerquinha aí, um barraquinho.

(An) É porque aqui é uma vila que originou de ex-funcionários do Estado.

(P) Fazendo a Cidade Industrial. A gente não tinha essa avenida, aí, tinha não.

(Va) Isso aqui tudo era só mato. Então o meu bisavô, o bisavô da A que limpou tudo isso aqui.

Frente a isso, os moradores recém-chegados à área se organizaram no cotidiano para produzir espaço, e a autoprodução, a luta do dia a dia para se acessar o direito à cidade, se mostrou como a única alternativa para as suas necessidades básicas. Reconhecer estas memórias não é romantizar essas iniciativas realizadas de modo precário. A tentativa é, a partir desse reconhecimento, identificar valores que são mobilizados pelos moradores que

podem sugerir traços de uma cultura da autoprodução do espaço, a despeito dessa precariedade, a partir mesmo dessa contradição.

Os autoprodutores do espaço são aqueles moradores que se organizam coletivamente para produzir espaço, com o objetivo de realizar melhorias em suas casas e no bairro onde vivem, e essa organização coletiva conforma o que o geógrafo Marcelo Lopes de Souza denominou ativismo de bairro. Este conceito diz da luta, da manifestação, da indignação, do inconformismo. Onde isso ocorre, há a chance de aprofundamento da consciência para que a luta por demandas locais, de bairro, passe a operar em outra escala (Souza, 1988). Busca-se, então, uma ruptura com o *status quo* (Souza, 1988). Como apresenta Pollak (1989) no contexto do acesso à memória como possibilidade de disputa com grupos dominantes: “Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória” (Pollak, 1989, p. 3).

Ainda, os moradores que também produzem cotidianamente seus espaços apresentam alguma autonomia, enquanto um grupo sócio-espacial (Kapp, 2018). Essa autonomia, no contexto da lógica socioespacial vigente, pode se traduzir ativamente em lutas coletivas pelo direito ao acesso à habitação. E, pela própria característica da autoprodução, em que as mudanças no espaço ocorrem cotidianamente, a memória dessas lutas podem se encontrar no ambiente construído, ou seja, o espaço produzido cotidianamente dessas comunidades. A espacialidade contém, além de variados valores para a comunidade, a memória da luta pelo acesso à habitação e também pela resistência face aos conflitos apresentados. Segundo Gonçalves, 1999 *apud* Bruce, 2015, a expressão luta tem um sentido geográfico muito preciso, onde é buscado a “afirmação das qualidades que acreditam justificar sua existência” (Gonçalves, 1999 *apud* Bruce, 2015, p. 247). Ao considerar a escala cotidiana da luta, distinta de lutas regionais, globais ou talvez institucionalizadas, partimos “diretamente das formas concretas através das quais homens e mulheres vivenciam e experimentam as contradições e conflitos” (Bruce, 2015, p. 243). Portanto, o que está presente no espaço diz diretamente do que é valioso para os moradores autoprodutores.

Na Vila Itaú, como demonstração disso, percebeu-se que as moradias são valoradas pelos moradores na medida em que são “arrumadas” (nas palavras deles), isto é, modificadas de acordo com as suas necessidades. A entrevistada (P) afirma que sua casa tinha grande valor simbólico, como relato abaixo. Outra entrevistada (Va) nos conta que, no longo

processo de desapropriação da vila, iniciado na década de 1990, houve um momento em que a desapropriação tinha sido desconsiderada, o que levou os moradores a voltarem ao movimento de "arrumação" em suas casas.

(P) Agora, sobre a moradia, eu vou te falar, eu não acho que eu acho uma casa igual, né, porque aquele amor que a gente tem, as melhoras que foi feita, muitas melhoras que a gente fez aqui, então...

(Va) Tanto que a minha menina... A gente tava querendo, né, já que não ia sair, mas Deus foi tão bom, comigo e com ela. Ela queria bater laje aqui, arrumar a varanda lá do fundo, mas não deu pra arrumar na época. Então, graças a Deus não era pra ser, né.

Além disso, no estudo de caso foi percebido que um dos moradores trabalhou ativamente na salvaguarda de informações relacionadas aos processos de desapropriação da Vila Itaú e de resistência dos moradores. O *pen drive* fornecido a nós contém um compilado de documentos que vão desde registros fotográficos de obras de infraestrutura que ocorreram no entorno (possivelmente na tentativa de presumir que uma dessas obras aconteceriam no espaço da vila), até trabalhos da área do Direito sobre desapropriação de imóveis, matérias jornalísticas, páginas da internet e produções a respeito da Vila Itaú, como o documentário "Cidade Fantasma - Vila Itaú" (figura 4). Isso demonstra a resistência e a defesa da memória subterrânea, nos termos de Pollak (1989) frente aos interesses dos grupos dominantes.

Figura 4 – *Printscreen* do documentário "Cidade Fantasma – Vila Itaú"

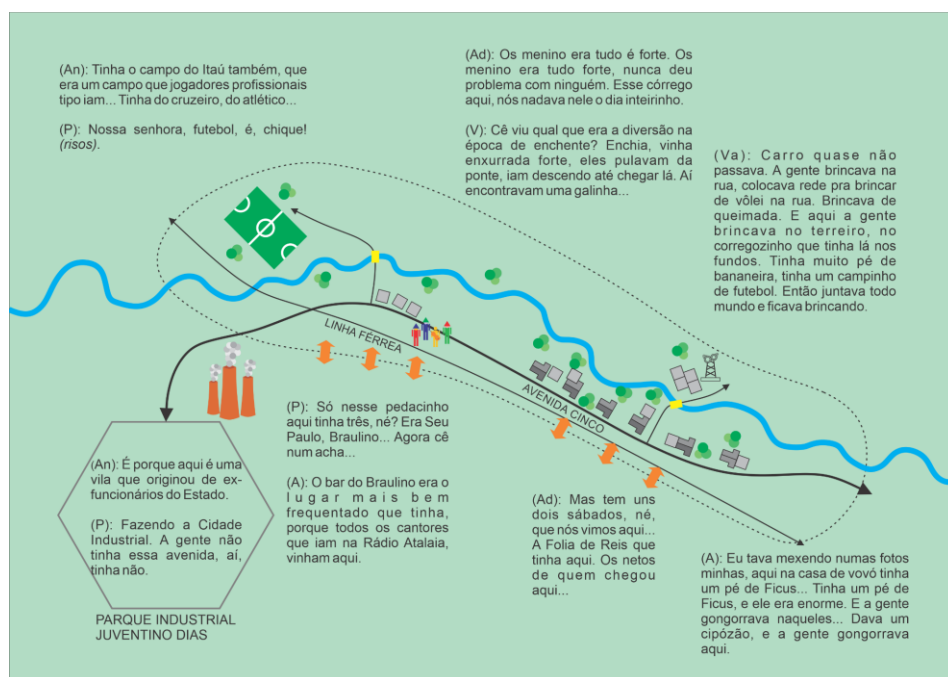


Fonte: Canal do Youtube Jennifer Candeias⁶(2014).

⁶ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3utZoNiDnTs&t=1150s>>.

Na entrevista realizada em maio de 2023, os moradores nos contaram da retomada de uma antiga tradição da vila: a Folia de Reis na Av. Jorge Ferreira Gomes. Eles nos contam, com saudosismo, do desejo de continuar a festa popular, independente do endereço das novas moradias. O diagrama do registro das memórias, inspirado na cartografia da ação social da socióloga Ana Clara Torres Ribeiro (2001), é uma síntese dos espaços produzidos cotidianamente pelos autoprodutores da Vila Itaú (figura 05).

Figura 5 – Cartografia de registro das memórias da Vila Itaú



Fonte: Elaborado pelos autores.

A espacialidade, conforme apresentada, guarda aquilo que é valioso aos moradores em sua luta pelo acesso à habitação. O uso do Córrego Ferrugem para brincadeiras de crianças, o espaço reservado aos quintais nos fundos das casas, os bares, o campo de futebol, a igreja, o circo e a festividade da Folia dos Reis são modos de produção cotidiana do espaço que se aproximam do modo de vida particular dos moradores da vila e, portanto, do modo de resistir frente às tentativas de invisibilizá-los. Essas práticas sócio-espaciais reivindicam o direito desses moradores à habitação como condição do direito à vida.

Vale dizer que, por conta da adoção de um modelo de urbanização hegemônico e predatório, aquelas antigas práticas socioespaciais foram desmobilizadas. A relação com as águas do Córrego Ferrugem foram inviabilizadas à medida que o corpo d'água se tornou

poluído. Em 1993, o projeto de retificação e canalização do córrego foi desenvolvido e concretizado algum tempo depois, o que reforçou o impedimento da comunidade ser relacionar com o corpo d'água (figura 6).

Figura 6 – Registro do projeto de canalização do Córrego Ferrugem, do ano de 1993



Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano do município de Contagem (1993).

É importante ressaltar que a existência da Vila Itaú não está condicionada somente ao seu espaço físico. Como demonstrado pelo morador que nos forneceu o *pen drive*, o documentário "Cidade Fantasma", a retomada da Folia de Reis e as conversas que tivemos com os ex-moradores, a (re)existência da vila segue em sua dimensão intangível, a partir das memórias das pessoas que frequentavam o espaço e dos registros dele, como notícias, fotografias, documentos jurídicos e trabalhos que buscaram levantar os relatos dos que possuíam alguma relação com a vila⁷.

De vila ferroviária a alojamento de canteiro de obras do Parque Industrial Juventino Dias, a vila e suas histórias não se acabam com sua demolição. Elas seguem salvaguardadas

⁷ Agradecemos ao parecerista essa importante constatação.

nas memórias dos moradores como resistência, frente a formas de produção do espaço que desconsideram os modos de existência dos sujeitos autoprodutores do espaço.

O PAPEL DO ARQUITETO-URBANISTA: ENTRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO HEGEMÔNICO E O AUTOPRODUZIDO

O que é denominado planejamento urbano está inserido dentro da área de conhecimento do Urbanismo, que teve início na Europa do século XIX com figuras como Ildefons Cerdà e Georges-Eugène Haussmann. A partir de motivações do discurso higienista (Vaz, 1994) e da militarização do espaço urbano, intervenções sistêmicas foram elaboradas, por parte de engenheiros e arquitetos (Segaud, 2018, p. 44). Esse modo sistêmico de agir inaugurou um novo modo de intervir na cidade, sistematizado no campo do Urbanismo. O contexto do surgimento desse campo implica em um modo de produção do espaço que reforça a hierarquia entre classes sociais e participa ativamente no processo de apagamento da memória de luta por acesso à habitação dos autoprodutores do espaço. Os territórios não podem ser reduzidos à mercadoria a ser consumida pela burguesia.

Na atual fase do neoliberalismo, ao mesmo tempo em que é limitada a intervenção estatal no mercado, é característico a utilização de instrumentos jurídicos e urbanísticos de gestão pública que auxiliam a maximização dos lucros de certos segmentos de mercado, por parte de agentes que atuam de forma estrutural no território. Proprietários de terras, incorporadoras imobiliárias, construtoras e outros concebem o território como num jogo imobiliário, sendo somente suporte e produto de seus negócios (Coletivo Usina, 2012, p. 88). Aqui torna-se relevante a noção de agente social de produção do espaço. A primeira parte do termo, conforme descreve Corrêa (1989), diz respeito a “agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadoras de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade” (Corrêa, 1989, p. 43). A segunda parte, de produção do espaço, pode ser considerada “simplesmente como construção objetiva do espaço da cidade, ou seja, atentos às suas formas espaciais, à sua materialização.” (Corrêa, 1989, p. 43).

A partir disso, agentes capitalistas produtores do espaço desarticulam e apagam territórios existentes, que seguem lógicas distintas a desses agentes, para a criação de espaço novo que melhor assegure o lucro imobiliário. Exemplos desses territórios podem ser terras de grupos indígenas, quilombos, favelas, vilas, entre outros. No caso de um antigo

alojamento de um canteiro de obras, como a Vila Itaú, quando se tornam bem localizadas e em espaço com alto grau de urbanização, enfrentam pressões para o apagamento de seu espaço.

O mesmo padrão de reprodução capitalista mundial que constrói muros, a fim de proteger o território da propriedade privada, é o que exulta o fim da fronteira, avançando espacialmente sobre territórios marcados pela riqueza dos recursos naturais, pela extensão de terra, promovendo transformações no território, fragmentando a produção e as comunidades e sociedades que se projetam espacialmente sob lógicas de reprodução contrária àquelas preconizadas pelo padrão capitalista. (Andrade, 2020, p.20).

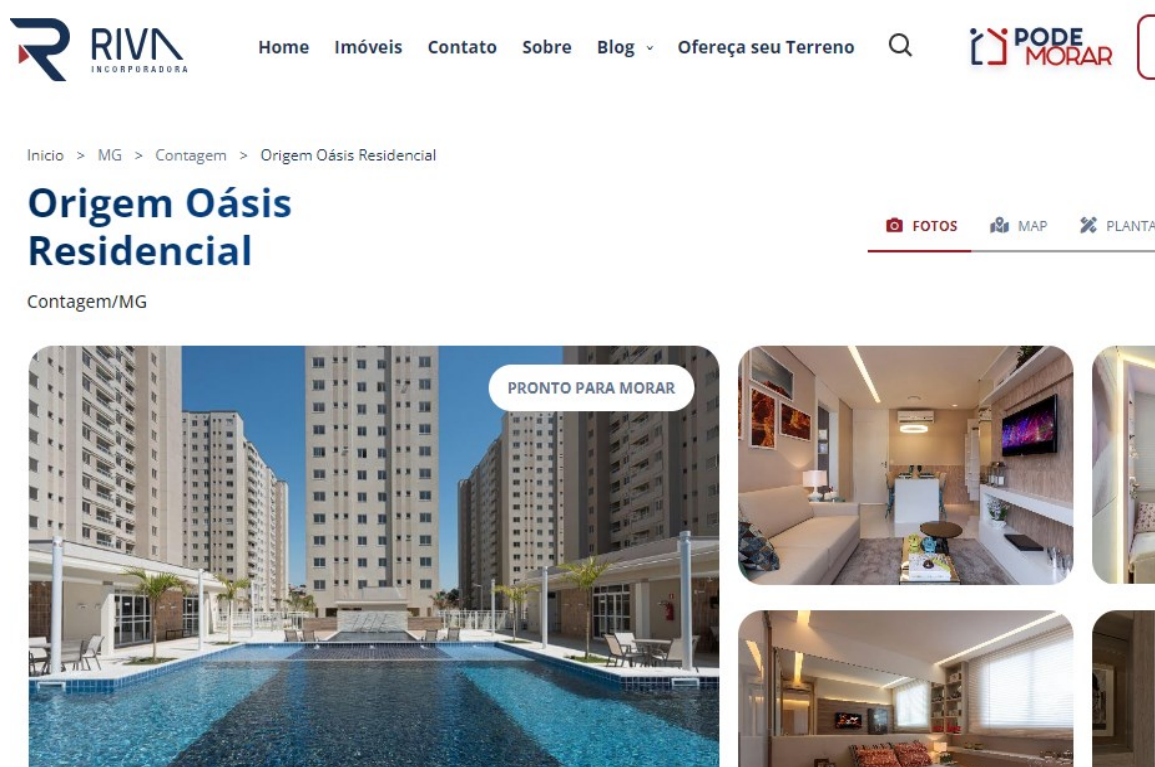
A distância entre o saber técnico, de especialista, e os saberes dos autoprodutores se dá de forma hierárquica, ou seja, há uma valorização e validação de um saber em detrimento do outro, o que causa desmobilização na luta para a manutenção de suas moradias frente a ameaças de apagamento. O profissional arquiteto-urbanista, ou outro profissional de área que forneça conhecimento técnico para a intervenção no espaço urbano, pode ter uma visão reducionista do espaço que receberá a intervenção. Alienado dos interesses escusos por detrás do discurso da modernização, o profissional então pode atuar de modo que perpetue a ação política de agentes capitalistas do espaço, desarticulando e remodelando o espaço de acordo com seus interesses mercantilistas.

Eis porque foi preciso denunciar o urbanismo ao mesmo tempo como máscara e como instrumento: máscara do Estado e da ação política, instrumento dos interesses dissimulados numa estratégia e numa sócio-lógica. O urbanismo não procura modelar o espaço como uma obra de arte. Nem segundo razões técnicas, como pretende. O que o urbanismo elabora é um espaço político (Lefebvre, 1970. p. 164.)

Essa desarticulação reforça processos de expulsão e violência. Em 2023, a Vila Itaú se encontrava em fase final de desapropriação, para dar lugar ao plano de macrodrenagem apresentado. O que se nota junto com o plano de macrodrenagem são significativas mudanças no entorno, em franco processo de gentrificação. Em terreno localizado à montante do curso d'água, diversas torres residenciais estão sendo erguidas, e o segmento do córrego localizado dentro dos antigos quintais passou por canalização antes do início da construção das novas edificações. Nestas, chama a atenção o fato de que alguns dos apartamentos possuem quatro quartos, três banheiros e área de mais de 100m², além de contar com equipamentos como piscina e quadras para o lazer coletivo (figura 7).

Além disso, no plano apresentado sobre as bacias de contenção, é possível indagar-se em relação à permanência de alguns galpões que se localizam na faixa de desapropriação que inclui a vila, sendo pertencentes à empresa multinacional RHI Magnesita. O direito à propriedade privada da fábrica é respeitado em detrimento do direito à habitação dos moradores da Vila Itaú.

Figura 7 – *Print screen* de página de venda de um dos condomínios inaugurados recentemente no entorno da vila



Fonte: Riva Incorporadora (2023)⁸.

Estas e outras contradições no processo de urbanização da área, nos levam a atentar para o papel do arquiteto no sentido de produzir informações técnicas que podem contribuir com a visibilidade da luta dos moradores, seja para permanecer no lugar ou para manter viva a memória da autoprodução do espaço. Se o reconhecimento do mutirão, como traço cultural significativo, possibilitou a implantação de políticas habitacionais baseadas em mutirões autogestionários, em municípios de governos progressistas nos anos 1980, durante o curto período de redemocratização do país (Coletivo Usina, 2022), que outros traços da

⁸ Disponível em: <<https://www.rivaincorporadora.com.br/empreendimentos/origem-oasis-residencial/#>>.

autoprodução podem revelar avanços nas propostas de políticas habitacionais? Por exemplo, as histórias dos antigos moradores da vila nos ensinaram outras relações com os cursos d'água que não são o medo dos efeitos catastróficos das enxurradas, transbordamentos e inundações. O atual modelo de gestão das águas da chuva, com a adoção de bacias de retenção, reforça o urbanismo predatório porque não cuida desses corpos hídricos ao longo de toda a bacia hidrográfica. O reconhecimento das práticas de cuidados ambientais, mobilizadas por comunidades que convivem com os cursos d'água, desde a sua nascente até a foz, deve ser o primeiro caminho para as intervenções urbanas descentralizadas, que podem ser promovidas pelo poder público e desenhadas pelos técnicos especialistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dificuldades para se acessar a habitação que inclui o direito à terra, à moradia, à urbanidade e à natureza não são novidades no Brasil, principalmente pela ação excludente de agentes que participam ativamente na forma hegemônica de produção do espaço. Dado o caráter escuso das motivações que levaram ao apagamento da Vila Itaú, a disputa pelas versões que iria predominar ocasionou a deslegitimação do modo como os moradores autoproduzem a moradia e acessam o seu direito à habitação.

A memória subterrânea, nesse caso, ainda segue sendo inviabilizada pela memória oficial, como apresentou Pollak (1989). Desse modo, os autoprodutores do espaço continuam impedidos de um pleno acesso a um referencial de memória que diga de sua histórica luta por habitação. Isso causa uma desmobilização no presente, dado o destaque da memória oficial.

Vale reforçar que os diferentes discursos que mascaram as violências na busca pelo acesso à habitação não são alheios aos moradores, mesmo com a disputa de narrativas acerca de quais modos de produção do espaço são válidos. Os entrevistados demonstraram entendimento acerca dos processos de violência que não são explícitos, como o caso das diversas violências simbólicas que os afetam com as mudanças no entorno. Como exemplo, temos a dificuldade de se acessar os *shopping centers*, a necessidade de realizar viagens mais longas para comprar mantimentos em supermercados mais baratos, a influência de incorporadoras imobiliárias e das diversas empresas que atuam na região, o descaso do Poder Público com suas demandas de atendimento a psicólogos e assistentes sociais, entre outras.

Para a nossa área, Arquitetura e Urbanismo, e áreas afins, que têm participação ativa no planejamento do espaço urbano, cabe lembrar do contexto de surgimento do Urbanismo e sua característica de legitimar e fornecer instrumentos para intervenções que dizem de agentes que produzem o espaço de forma excludente e predatório. O modo com o qual o mercado exige a formação desses profissionais pode aliená-los pela visão reducionista que se tem sobre os territórios que recebem as intervenções planejadas.

Por fim, este trabalho tem como sua finalidade a aposta no potencial de emergir as memórias subterrâneas, dos excluídos, dos marginalizados e das maiorias. Como apresentado, não se trata da romantização das iniciativas realizadas de modo precário. Busca-se, a partir dessa aposta, a identificação de valores que são mobilizados pelos moradores que podem sugerir traços de uma cultura da autoprodução do espaço, a despeito dessa precariedade, a partir mesmo dessa contradição. Os moradores resistem a partir da autoprodução do espaço, da memória dos moradores, do compartilhamento de fotos antigas da Vila Itaú disponibilizadas no grupo de *WhatsApp* dos moradores, do registro de vídeo sobre os escombros da vila realizado por uma antiga moradora, a retomada da Folia dos Reis e do acervo documental existente e mantido por um dos moradores (processos, notícias, fotografias, relatos etc).

Agradecimento

Agradecemos aos revisores da revista a indicação, no parecer de avaliação da submissão, a sistematização dos resultados da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Sarah Farias. **"O desenvolvimento do sistema capitalista e conflitos no território brasileiro"** - BA, 2014. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Economia, Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/32655/1/Tese%20-%20Sarah%20Final.pdf>>

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da Habitação Social no Brasil**. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/470900/mod_resource/content/1/Origens%20da%20habita%C3%A7%C3%A3o%20social%20no%20Brasil.pdf> .

BORDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010[1989].

CASTRIOTA, Leonardo Barci. et al. **A arquitetura da modernidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

COLETIVO USINA. Reforma urbana e autogestão na produção da cidade: história de um ciclo de lutas e desafios para a renovação da sua teoria e prática. In: BENINI, Édi A., FARIA Maurício Sardá de, NOVAES, Henrique T. e DAGNINO, Renato (Org.). **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2012, p. 81-120. Disponível em: <http://www.usinactah.org.br/files/Gestores.pdf>

CORRÊA, Roberto. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana F. A.; SOUZA, Marcelo L. de; SPOSITO, Maria E. B. (org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2014, p.41-51.

DORES, Fabiola G. A memória como método de pesquisa. **Cadernos de Campo** (UNESP), v. 1, p. 113-131, 1997.

IPHAN. **Manual Técnico do Patrimônio Ferroviário**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_tecnico_patrimonio_ferroviario.pdf. Acesso em: 12 jun. 2023.

JOVCHELOVICH, S.; BAUER, M.W. Entrevista Narrativa. In BAUER M. W., GASKELL G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som um manual prático**. Petrópolis Vozes; 2002, p. 90-113.

KAPP, S. Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica | Socio-spatial groups or whom technical advisory practice serves. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 221, 2018. DOI: 10.22296/2317-1529.2018v20n2p221. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5605>. Acesso em: 12 jun. 2023.

LEFEBVRE, Henry. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LIMA, A. C. S. Um olhar sobre a presença das populações nativas na invenção do Brasil. In: SILVA, Aracy Lopez da; Luiz Donisetti Benzi Grupioni. (org.). **A questão indígena na sala de aula**. Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC, 1995, v., p. 407-419.

NEVES, Magda de Almeida. **Trabalho e cidadania: as trabalhadoras da Cidade Industrial**. Belo Horizonte, Vozes, 1994.

RIBEIRO, A. C. T.; BARRETO, A. R. S.; LOURENÇO, A.; COSTA, L. M. C.; AMARAL, L. C. P. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. **Cadernos Ippur**, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 15, n. 2, p. 33-52, 2001. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ippur/issue/viewFile/281/91> Acesso em: 14 mar. 2022.

RODRIGUES, Glauco Bruce. Geografia histórica e ativismos sociais. In: **GeoTextos**, v. 11 nº 1. 2015.

SEGAUD, Marion. **Antropologia do Espaço**: habitar, fundar, distribuir, transformar. São Paulo: Edições Sesc São Paulo; 2016.

SILVA, Fernanda dos Santos. **Reminiscências da arquitetura ferroviária em Minas Gerais**: uma ferramenta de preservação das estações ferroviárias. Dissertação (mestrado em Arquitetura) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Belo Horizonte, 2019.

SILVA, Renata Cristina. **"Poluição do ar e conflitos socioambientais: O caso da fábrica Itaú - Contagem - Minas Gerais (1975-1988). MG, 2018. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-BBYH3R/1/silva_renatacristina__disserta__o_de_mestrado.pdf>.**

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O que pode o ativismo de bairro?** Reflexões sobre as Limitações e Potencialidades do Ativismo de Bairro à Luz de um Pensamento Autonomista. Dissertação de mestrado (mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

TEIXEIRA, Raquel Oliveira Santos. **"A gente tem que falar aquilo que a gente tem que provar"**. A geopolítica do risco e a produção do sofrimento social na luta dos moradores do Bairro Camargos em Belo Horizonte – MG. 2014. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-9ZWJ6E/1/tese_raquel_teixeira.pdf>.

VAZ, Lilian Fessler. Dos Cortiços às Favelas e aos Edifícios de Apartamentos - A Modernização da Moradia no Rio de Janeiro. **Análise Social**, Lisboa, v. 3, n. 127, p. 581-598, 1994.

CIDADE Fantasma - Vila Itaú Documentário. Belo Horizonte: 2014. 1 vídeo (22 min). Publicado por Jennifer Candeias. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=3utZoNiDnTs&t=1150s>>.

Destrava Minas homologa acordos de desapropriação. In: DIÁRIO DO COMÉRCIO. Belo Horizonte, 2021. Disponível em:<<https://diariodocomercio.com.br/legislacao/destrava-minas-homologa-acordos-de-desapropriacao/>>.

ORIGEM OÁSIS RESIDENCIAL. In: Riva Incorporadora. São Paulo, 2023. Disponível em:<<https://www.rivaincorporadora.com.br/empreendimentos/origem-oasis-residencial/#>>.

Dados de autoria

Márlom Geraldo Parreiras Mota

Egresso de Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: marlomparreiras@gmail.com

Viviane Zerlotini da Silva⁷

Engenheira Arquiteta, mestre em Engenharia de Produção, doutora em Arquitetura e pós-doutora em Engenharia de Produção, professora adjunta na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: vivanezerlotini@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9738-8886>